RESUMO
A cultura escrita desempenha papel fundamental na formação do sujeito, estando presente nas práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita em diferentes contextos do cotidiano. Nesse sentido, a Educação Infantil constitui um espaço privilegiado para a inserção das crianças nas práticas sociais da linguagem escrita, respeitando suas especificidades, interesses e formas próprias de aprender. O presente artigo tem como objetivo analisar a importância da cultura escrita e sua função social desde a Educação Infantil, compreendendo a criança como sujeito ativo no processo de construção do conhecimento. Fundamentado em autores como Vygotsky, Soares, Ferreiro e Teberosky, o estudo destaca que o contato com a linguagem escrita não se limita à alfabetização formal, mas envolve experiências significativas de leitura e escrita em contextos reais de uso. A pesquisa evidencia que práticas pedagógicas mediadas pelo educador, como a leitura de histórias, a produção coletiva de textos e o contato com diferentes gêneros textuais, contribuem para o desenvolvimento cognitivo, social, emocional e cultural da criança. Conclui-se que a valorização da cultura escrita desde a Educação Infantil favorece a formação de sujeitos críticos, participativos e socialmente inseridos, reforçando a importância de propostas pedagógicas intencionais e contextualizadas.
PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil; Cultura escrita; Função social da escrita; Linguagem; Desenvolvimento infantil.

ABSTRACT: Written culture plays a fundamental role in the formation of individuals, as it is present in social practices involving reading and writing in different everyday contexts. In this perspective, Early Childhood Education represents a privileged space for introducing children to social practices of written language, respecting their specificities, interests, and unique ways of learning. This article aims to analyze the importance of written culture and its social function from Early Childhood Education, understanding children as active subjects in the knowledge construction process.
Based on theorists such as Vygotsky, Soares, Ferreiro, and Teberosky, the study highlights that contact with written language is not limited to formal literacy, but involves meaningful reading and writing experiences in real-life contexts. The research shows that pedagogical practices mediated by educators—such as storytelling, collective text production, and exposure to different textual genres— contribute to children's cognitive, social, emotional, and cultural development. It is concluded that valuing written culture from Early Childhood Education promotes the formation of critical, participative, and socially engaged individuals, reinforcing the importance of intentional and contextualized pedagogical approaches.
KEY-WORDS: Early Childhood Education; Written culture; Social function of writing; Language; Child development.

1 INTRODUÇÃO

A cultura escrita constitui um dos principais instrumentos de participação social na sociedade contemporânea, estando presente nas mais diversas práticas do cotidiano, como ler placas e sinais urbanos, escrever bilhetes, interpretar textos informativos, utilizar tecnologias digitais e acessar informações em diferentes suportes. A leitura e a escrita permeiam as relações sociais, profissionais e culturais, configurando-se como ferramentas essenciais para o exercício da cidadania. Nesse contexto, a inserção dos sujeitos nas práticas sociais de leitura e escrita torna-se um aspecto central do processo educativo, o que confere à escola papel fundamental na mediação desse conhecimento desde os primeiros anos de vida.
A Educação Infantil, enquanto primeira etapa da Educação Básica, assume relevância singular nesse processo, ao possibilitar às crianças o contato inicial e sistematizado

com a linguagem escrita, respeitando suas especificidades, interesses, tempos e modos próprios de aprender. Diferentemente de concepções tradicionais que compreendiam essa etapa apenas como preparatória para a alfabetização, as abordagens contemporâneas reconhecem a criança como sujeito histórico, social e cultural, capaz de construir conhecimentos a partir de suas interações com o meio. Assim, o trabalho com a cultura escrita na Educação Infantil deve estar pautado em experiências significativas, que despertem a curiosidade, o interesse e a participação ativa das crianças.

Dessa forma, torna-se fundamental superar práticas pedagógicas centradas exclusivamente na alfabetização formal e no ensino precoce do código escrito. O foco na decodificação mecânica de letras e sílabas, descontextualizada das práticas sociais, pode desconsiderar as necessidades e potencialidades da infância. Em contraposição, o trabalho com a cultura escrita deve priorizar a função social da linguagem, permitindo que a criança compreenda para que se lê e se escreve, em quais contextos a escrita é utilizada e quais sentidos ela produz nas relações humanas. Conforme aponta Soares (2004), o letramento refere-se à inserção do sujeito nas práticas sociais de leitura e escrita, indo além do simples domínio do sistema alfabético.

Nesse sentido, o contato com diferentes gêneros textuais, como histórias, bilhetes, listas, cartazes, convites, rótulos e livros informativos, possibilita que a criança reconheça a escrita como uma forma de comunicação socialmente construída. Ao participar de situações reais de leitura e escrita, mesmo antes de dominar convencionalmente o sistema alfabético, a criança formula hipóteses, atribui significados aos textos e compreende que a escrita cumpre funções específicas na organização da vida social. Essas vivências contribuem para a construção de sentidos e para o desenvolvimento da linguagem oral e escrita de forma integrada.

As teorias do desenvolvimento infantil reforçam essa compreensão ao conceberem a aprendizagem como um processo mediado socialmente. Vygotsky (1998) destaca que a linguagem é um instrumento fundamental para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, sendo construída nas interações sociais. Nesse contexto, a linguagem escrita, enquanto objeto cultural, deve ser apresentada à criança em situações significativas, nas quais ela possa interagir, questionar, observar e participar ativamente. Assim, o aprendizado não ocorre de forma isolada, mas no diálogo com o outro e com a cultura.

Ferreiro e Teberosky (1999) também contribuem para essa discussão ao afirmarem que a criança constrói conhecimentos sobre a escrita muito antes de ser formalmente alfabetizada. Para as autoras, a escrita é compreendida como um objeto cultural sobre o qual a criança elabora hipóteses a partir de suas experiências cotidianas. Dessa forma, o papel do educador na Educação Infantil não é antecipar a alfabetização, mas criar condições para que a criança vivencie práticas sociais de leitura e escrita, valorizando suas produções, interpretações e formas próprias de expressão.

Nesse processo, o educador assume papel central como mediador das experiências com a cultura escrita. Cabe a ele organizar ambientes alfabetizadores, ricos em materiais escritos, livros, imagens e diferentes suportes textuais, além de promover situações de leitura compartilhada, escrita coletiva e conversas sobre os textos. A mediação pedagógica intencional possibilita que a criança amplie seu repertório linguístico, desenvolva a escuta, a oralidade e a curiosidade em relação à escrita, fortalecendo sua relação com a linguagem de forma prazerosa e significativa.

Os documentos oficiais que orientam a Educação Infantil no Brasil reforçam essa concepção. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil destacam que as práticas pedagógicas devem ter como eixos estruturantes as interações e as brincadeiras, reconhecendo a criança como sujeito de direitos e produtora de cultura (BRASIL, 2010). A Base Nacional Comum Curricular, por sua vez, enfatiza a importância das experiências com diferentes linguagens, incluindo a oralidade, a escuta, a leitura e a escrita, inseridas nos campos de experiências, respeitando o caráter lúdico e integral

da infância (BRASIL, 2017).

Diante desse panorama, este artigo tem como objetivo analisar a importância da cultura escrita e sua função social desde a Educação Infantil, à luz de referenciais teóricos que concebem a criança como sujeito ativo no processo de aprendizagem. Busca-se refletir sobre o papel do educador na mediação das práticas de leitura e escrita, destacando a relevância de propostas pedagógicas intencionais, contextualizadas e socialmente significativas. Ao discutir a cultura escrita desde os primeiros anos, pretende-se contribuir para a valorização da infância e para a construção de práticas educativas que favoreçam o desenvolvimento integral da criança e sua inserção crítica na cultura letrada.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 O DESENVOLVIMENTO INFANTIL E A LINGUAGEM ESCRITA

O desenvolvimento infantil ocorre de forma integrada e indissociável, envolvendo dimensões cognitivas, emocionais, sociais e culturais que se articulam continuamente ao longo da infância. Nesse processo, a linguagem assume papel central, pois constitui o principal meio pelo qual a criança se comunica, expressa sentimentos, organiza o pensamento e constrói conhecimentos sobre o mundo que a cerca. Desde os primeiros anos de vida, a criança utiliza a linguagem para interagir com o outro, atribuir significados às experiências vividas e participar ativamente do contexto social no qual está inserida.

Sob a perspectiva histórico-cultural, a linguagem não é apenas um instrumento de comunicação, mas também um mediador fundamental do desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Vygotsky (1998) afirma que "o desenvolvimento do pensamento é determinado pela linguagem, isto é, pelos instrumentos linguísticos do pensamento" (VYGOTSKY, 1998, p. 62), evidenciando que a constituição do pensamento ocorre por meio das interações sociais e da apropriação dos signos culturais. Nesse sentido, o contato da criança com a linguagem escrita desde a Educação Infantil contribui significativamente para o desenvolvimento cognitivo e simbólico, ampliando suas possibilidades de compreensão e expressão.

A linguagem escrita, enquanto objeto cultural, não surge de forma espontânea, mas é construída socialmente e apropriada pela criança a partir de suas vivências cotidianas. Mesmo antes de dominar o sistema alfabético, a criança demonstra interesse pela escrita, observa textos presentes no ambiente, faz tentativas de leitura e produção gráfica e elabora hipóteses sobre seu funcionamento. De acordo com Ferreiro e Teberosky (1999), a criança não é um sujeito passivo diante da escrita, mas constrói conhecimentos progressivos sobre ela, buscando compreender sua lógica e função social.

Essas experiências iniciais com a linguagem escrita favorecem a ampliação do repertório linguístico e o desenvolvimento da consciência de que a escrita é uma forma de comunicação socialmente construída, utilizada para registrar, informar, narrar e expressar ideias. Ao participar de situações significativas de leitura e escrita, a criança compreende que os textos possuem sentidos, destinatários e finalidades específicas, o que contribui para o desenvolvimento da linguagem oral, da escuta atenta e da capacidade de interpretação.

Além disso, o contato com a escrita na Educação Infantil fortalece a relação entre linguagem, pensamento e cultura, possibilitando que a criança se reconheça como participante de uma sociedade letrada. Conforme aponta Soares (2004), a inserção nas práticas sociais de leitura e escrita permite que o sujeito compreenda o uso social da linguagem, aspecto essencial para o desenvolvimento integral. Dessa forma, trabalhar a linguagem escrita desde a infância, de maneira lúdica e contextualizada, respeita os processos de desenvolvimento infantil e contribui para a formação de sujeitos críticos, autônomos e socialmente participativos.

2.2 A CULTURA ESCRITA COMO PRÁTICA SOCIAL

A cultura escrita refere-se ao conjunto de práticas sociais que envolvem a leitura e a

escrita em contextos reais de uso, constituindo-se como um elemento fundamental da vida em sociedade. A escrita não se limita ao espaço escolar, mas está presente nas mais diversas situações do cotidiano, como a leitura de avisos, o preenchimento de formulários, a escrita de mensagens, o uso de tecnologias digitais e o acesso a informações em diferentes suportes. Nesse sentido, compreender a escrita como prática social implica reconhecer seus usos, funções e significados construídos historicamente nas relações humanas.

Para Soares (2004), o conceito de letramento amplia a compreensão tradicional de alfabetização, ao enfatizar a inserção do sujeito nas práticas sociais de leitura e escrita. A autora afirma que "letramento é o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever e passa a fazer uso dessas habilidades nas práticas sociais" (SOARES, 2004, p. 39). Dessa forma, não basta dominar o código alfabético; é necessário compreender como a escrita é utilizada socialmente, em diferentes contextos e com distintas finalidades comunicativas.

No contexto da Educação Infantil, essa concepção reforça a importância de proporcionar experiências significativas com a escrita desde os primeiros anos de vida. Mesmo sem dominar convencionalmente a leitura e a escrita, a criança é capaz de interagir com textos, observar seus usos e atribuir significados às práticas letradas que vivencia. O manuseio de livros, a escuta de histórias, a produção coletiva de textos, bem como a observação e utilização de listas, cartazes, rótulos, convites e bilhetes, permitem que a criança compreenda que a escrita serve para informar, registrar, comunicar, organizar e expressar ideias.

Essas práticas contribuem para que a criança reconheça a escrita como uma linguagem socialmente construída, utilizada para diferentes propósitos e destinada a interlocutores diversos. Ao participar de situações reais de leitura e escrita, a criança amplia seu repertório linguístico e desenvolve a capacidade de interpretar textos, antecipar sentidos e estabelecer relações entre o texto e o contexto. Conforme aponta Kleiman (2005), o letramento envolve práticas sociais que dão sentido ao uso da escrita, permitindo que o sujeito se reconheça como participante de uma cultura letrada.

O contato com diferentes gêneros textuais também desempenha papel fundamental na compreensão da função social da escrita. Histórias, notícias, receitas, listas, cartas e textos informativos apresentam estruturas, linguagens e objetivos distintos, possibilitando à criança perceber a diversidade de usos da escrita na sociedade. Essas experiências favorecem a formação de leitores e escritores críticos, capazes de interpretar, produzir e utilizar textos em diferentes contextos sociais.

Assim, ao compreender a cultura escrita como prática social, a Educação Infantil contribui para a formação de sujeitos participativos, críticos e conscientes do papel da linguagem escrita na organização da vida social. O trabalho pedagógico com a escrita, quando mediado de forma intencional e contextualizada, respeita o desenvolvimento infantil e fortalece a relação da criança com a linguagem, ampliando suas possibilidades de expressão e participação social.

2.3 O PAPEL DO EDUCADOR NA MEDIAÇÃO DA CULTURA ESCRITA

O educador desempenha um papel central na mediação das práticas relacionadas à cultura escrita na Educação Infantil, atuando como organizador de experiências significativas que aproximam as crianças da linguagem escrita em suas múltiplas funções sociais. Cabe a ele planejar intencionalmente ambientes alfabetizadores, ricos em diferentes portadores textuais — como livros, cartazes, listas, rótulos e produções das próprias crianças —, de modo que a escrita esteja presente de forma natural e contextualizada no cotidiano escolar.

Nesse sentido, Ferreiro e Teberosky (1999) destacam que a criança constrói conhecimentos sobre a escrita a partir das interações que estabelece com o meio social e cultural. As autoras defendem que a escrita deve ser compreendida como um objeto cultural, afirmando que "a escrita é um objeto cultural que a criança tenta com-

preender muito antes de aprender a ler e escrever convencionalmente" (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p. 18). Assim, o educador precisa reconhecer e valorizar as hipóteses de escrita elaboradas pelas crianças, entendendo-as como parte de um processo ativo de construção do conhecimento.

De acordo com Soares (2004), o contato precoce com práticas sociais de leitura e escrita contribui para que a criança compreenda a função social da linguagem escrita, indo além da mera decodificação de símbolos. Nessa perspectiva, o educador assume o papel de mediador, incentivando a participação das crianças em situações reais de uso da escrita, como a produção de bilhetes, registros coletivos e reconto de histórias.

A leitura diária de histórias, a escrita compartilhada e os momentos de conversa sobre os textos lidos são práticas fundamentais nesse processo, pois favorecem a ampliação do vocabulário, o desenvolvimento da oralidade e a construção de sentidos. Segundo Vygotsky (2007), a aprendizagem ocorre por meio das interações sociais, sendo o educador responsável por criar condições que potencializem o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Dessa forma, ao mediar a cultura escrita, o professor fortalece não apenas a linguagem escrita, mas também o vínculo afetivo com as crianças, promovendo uma aprendizagem significativa, contextualizada e socialmente relevante.

2.5 A CULTURA ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL SEGUNDO O S DOCUMENTOS OFICIAIS

Os documentos oficiais que orientam a Educação Infantil no Brasil reconhecem a cultura escrita como parte integrante do desenvolvimento integral da criança, enfatizando a necessidade de práticas pedagógicas que respeitem as especificidades da infância. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) estabelecem que o trabalho pedagógico deve ter como eixos estruturantes as interações e as brincadeiras, considerando a criança como sujeito histórico, social e de direitos (BRASIL, 2010). Nesse contexto, a linguagem oral e escrita deve ser vivenciada de forma integrada, significativa e lúdica, respeitando os tempos, interesses e modos próprios de aprender das crianças.

As DCNEI ressaltam que o contato com a linguagem escrita na Educação Infantil não tem como finalidade a antecipação de processos formais de alfabetização, mas a ampliação das experiências das crianças com diferentes formas de expressão e comunicação. Assim, a escrita é compreendida como uma prática social que se constrói nas interações cotidianas, por meio do contato com livros, histórias, registros, músicas, jogos simbólicos e situações reais de uso da linguagem.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça essa concepção ao destacar a importância das experiências com múltiplas linguagens, incluindo a oralidade, a escuta, a leitura e a escrita, organizadas nos campos de experiências. O documento afirma que é fundamental oportunizar às crianças situações em que possam "escutar, contar, criar, narrar, argumentar e produzir sentidos", promovendo a construção de conhecimentos por meio da interação com o outro e com o mundo (BRASIL, 2017). Dessa forma, a BNCC reconhece a cultura escrita como um elemento essencial para o desenvolvimento da linguagem, do pensamento e da imaginação infantil.

Portanto, a cultura escrita na Educação Infantil, conforme orientam os documentos oficiais, ultrapassa a perspectiva da alfabetização formal e mecânica. Ela se constitui na vivência de práticas sociais de leitura e escrita que favorecem a autonomia, a participação e a formação de sujeitos críticos, contribuindo para o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos cognitivos, sociais, emocionais e culturais.

2.5 CONTRIBUIÇÕES DA CULTURA ESCRITA PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

A inserção da cultura escrita desde a Educação Infantil exerce papel fundamental no desenvolvimento integral da criança, ao contemplar de forma articulada os aspectos cognitivos, sociais, emocionais e culturais. As experiências com leitura e escrita, quando vivenciadas em contextos significativos, favorecem a ampliação das capacidades linguísticas, o desenvolvimento da memória,

da atenção, da imaginação e do pensamento crítico, contribuindo para a construção de conhecimentos de maneira ativa e contextualizada.

No âmbito cognitivo, o contato com diferentes gêneros textuais e situações reais de uso da escrita possibilita à criança estabelecer relações, formular hipóteses e atribuir sentidos aos textos, mesmo antes do domínio do sistema alfabético. Segundo Vygotsky (1998), o desenvolvimento das funções psicológicas superiores ocorre por meio da mediação simbólica, sendo a linguagem um dos principais instrumentos desse processo. Assim, as práticas relacionadas à cultura escrita favorecem o desenvolvimento do pensamento, da organização das ideias e da capacidade de comunicação.

No campo social, a cultura escrita promove a interação entre as crianças e entre estas e os adultos, ampliando as possibilidades de diálogo, cooperação e participação nas práticas sociais. Ao observar e utilizar a escrita em diferentes contextos — como na leitura de histórias, na produção coletiva de textos ou na interpretação de sinais e registros — a criança passa a compreender as normas sociais que regem o uso da linguagem escrita, reconhecendo-a como uma ferramenta de comunicação socialmente construída (SOARES, 2004).

Sob a perspectiva emocional, as práticas de leitura e escrita possibilitam à criança expressar sentimentos, desejos, ideias e vivências, contribuindo para o fortalecimento da autoestima, da identidade e da autonomia. A escuta sensível do educador e a valorização das produções infantis favorecem um ambiente acolhedor, no qual a criança se sente segura para se expressar e participar. Além disso, a vivência de práticas coletivas de leitura e escrita contribui para o desenvolvimento do senso de pertencimento, do respeito às diferenças e da empatia.

Dessa forma, a cultura escrita configura-se como um elemento essencial para a formação de sujeitos autônomos, críticos e participativos, em consonância com as concepções contemporâneas de Educação Infantil. Ao integrar práticas sociais de leitura e escrita ao cotidiano escolar, promove-se uma educação que respeita a infância, valoriza as múltiplas linguagens e contribui para o desenvolvimento integral da criança.

3. CONCLUSÃO / CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a cultura escrita e sua função social desempenham papel essencial desde a Educação Infantil, constituindo-se como um importante instrumento para o desenvolvimento integral da criança. O contato precoce e sistematizado com práticas significativas de leitura e escrita possibilita que a criança compreenda a linguagem como uma prática social, presente em diferentes contextos do cotidiano, respeitando suas especificidades, tempos e modos próprios de aprender.

A análise teórica realizada ao longo deste estudo evidenciou que a linguagem escrita, quando mediada de forma intencional e sensível pelo educador, amplia as possibilidades de aprendizagem, interação e expressão infantil. Autores que fundamentam a concepção sociointeracionista da aprendizagem ressaltam que a criança constrói conhecimentos a partir das interações sociais e da mediação cultural, sendo a escrita um dos principais instrumentos desse processo. Nesse sentido, o trabalho com a cultura escrita na Educação Infantil não deve se limitar à alfabetização formal, mas promover experiências que atribuam sentido ao ato de ler e escrever.

Destaca-se, portanto, a importância de práticas pedagógicas que valorizem o brincar, a escuta atenta, o diálogo e a participação ativa das crianças, integrando a cultura escrita às diversas linguagens da infância. A criação de ambientes alfabetizadores, ricos em textos e materiais diversificados, favorece a curiosidade, a autonomia e o protagonismo infantil.

Por fim, ressalta-se a necessidade de ampliar pesquisas e experiências pedagógicas que aprofundem a discussão sobre a cultura escrita na Educação Infantil, contribuindo para a qualificação das práticas educativas e para a valorização da infância enquanto

etapa fundamental do desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/ Acesso em: 20 jan. 2026.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.